

A condição memorial dos patrimônios industriais como determinante para a musealização: Um estudo de caso de três bens fabris no estado do Rio Grande do Sul.

The memorial condition of industrial heritage as a determinant to musealization: A case study of three industrial goods in the Rio Grande do Sul state.

Enviado em: 31-05-2022

Aceito em: 08-07-2022

Jossana Peil Coelho¹

Resumo

A musealização é um processo científico de valorização e preservação de um bem selecionado devido aos seus atributos de documento e de representatividade. Esse processo se faz por meio de um conjunto de ações específicas da museologia, que não precisam, necessariamente, estar em um espaço físico de uma instituição museal. Diante dessa afirmativa, nota-se que as mais diversas tipologias de bens culturais têm potencial para serem musealizadas, como os patrimônios industriais, os quais são constituídos de múltiplos valores e bens. Sendo assim, considera-se que a condição memorial dos patrimônios industriais deve ser analisada para avaliar o potencial de musealização de cada bem individualmente. Dessa forma, foram selecionados três bens fabris no estado do Rio Grande do Sul, para um estudo de caso. Considera-se que a musealização pode contribuir para a preservação do bem fabril de forma igualitária e integrada, sem deixar de levar em conta a sua diversidade.

Palavras-chaves: Patrimônio industrial, Musealização, Condição memorial.

Abstract

Musealization is a scientific process for valuing and preserving a selected good given its attributes of documentation and representativeness. This process is

1 Doutora e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo e Bacharelado em Museologia, ambas pela UFPeL, (2008 e 2014 respectivamente). Tem experiência na área de Museologia com ênfase em patrimônio industrial, patrimonialização, história oral, coleções fotográficas e conservação de acervos. jopeilc@gmail.com

performed through an array of specific museological actions which do not necessarily require being in the physical space of a museal institution. Facing this, it becomes clear that the most diverse typologies of cultural goods have musealization potential akin to industrial heritages, which are composed of several values and goods. Thus, the memorial condition of industrial heritage ought to be analyzed to evaluate the musealization potential of each good individually. In this manner, three industrial goods in the state of Rio Grande do Sul were selected for a case study. This process will possibly contribute for the preservation of the industrial good in an equitable and integrated manner without foregoing its diversity.

Keywords: Industrial heritage, Musealization, Memorial condition.

Introdução

Qualquer bem cultural pode ser musealizado, mas nem todo o bem tem o potencial de ser musealizado. Considerando essa afirmação, dentro de um recorte bem específico de bens, os patrimônios industriais, analisa-se como determinar o potencial de musealização desses bens através da sua condição memorial.

Para essa análise, considera-se o patrimônio industrial como é apresentado na Carta de Sevilla, documento elaborado em 2018 pelos membros do TICCIH – Espanha (Comitê Internacional de Conservação do Patrimônio Industrial – Espanha) e do Centro de Estudos Andaluces, os quais revisaram o conceito anteriormente apresentado² e chegaram à seguinte versão:

O patrimônio industrial é entendido como o conjunto de bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade relacionados com a cultura do trabalho que foram gerados por atividades de extração, de transformação, de transporte, de distribuição e de gestão gerados pelo sistema econômico surgido na “revolução industrial”. Esses bens devem ser entendidos como um todo composto pela paisagem em que estão integrados, pelas relações industriais que estão estruturadas, pela arquitetura que os caracteriza, pelas técnicas utilizadas em seus procedimentos, pelos arquivos gerados durante sua atividade e pelas práticas de caráter simbólico (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 13).

2 O conceito citado é o presente na Carta de Nizhny Tagil de 2003 elaborada pelo Comitê Internacional para a conservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH)

Também foi considerado Os Princípios de Dublin, documento elaborado 2011 a partir do acordo entre Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Comitê Internacional para a conservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH), o qual define princípios para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial. Esse documento também apresenta uma definição de patrimônio industrial, no qual diz que:

Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.(ICOMOS; TICCIH, 2011).

Nota-se que se tem uma tipologia de patrimônio complexa, composto por muitos bens e valores. Sendo assim, entende-se que a musealização pode ser eficaz para a preservação desses patrimônios, pois é um processo que visa à preservação e à comunicação, contribuindo para a potencialização da apropriação e valorização do bem (BRULON, 2018). Para isso, um conjunto de ações específicas do fazer museológico são atribuídas ao bem, que vão desde a separação, gestão, conservação, pesquisa, documentação, até a comunicação.

Uma das premissas da musealização, a qual é praticada atenta aos valores sociais, é a participação da comunidade na qual o bem encontra-se inserido. A participação da comunidade deve ser constante, pois o processo em questão, tem como um dos seus objetivos a preservação não apenas física – no caso de bens materiais -, mas também informacional, o que contribui ainda mais para comunicação, uma vez que aqueles que estão ajudando na preservação, a própria comunidade, são agentes de todo o processo.

Mesmo que brevemente, percebe-se que a musealização atua de forma abrangente sobre o bem, por isso a afirmação de que esse processo pode contribuir de forma satisfatória para a preservação de um patrimônio industrial, desde seu imóvel, seus bens móveis, suas memórias e sua paisagem, dando conta da variedade de bens que apenas um patrimônio pode

abarcado. Porém, como dito anteriormente, para que a musealização seja realizada com plenitude, há a necessidade de que esse bem tenha potencial para isso, então levanta-se a hipótese de que o potencial de musealização de determinado bem pode ser determinado pela sua condição memorial.

Entende-se a condição memorial como um atributo dos patrimônios, uma distinção que determinado bem tem de se fazer lembrar, ou até mesmo, de se fazer notar determinada característica, que já não existe mais (COELHO, 2021). Essa característica pode ser percebida em quaisquer situações, pessoas, modos de fazer, objetos, ou qualquer outro fator que hoje se encontra apenas na memória.

No exemplo que este texto utiliza - o patrimônio industrial - pode-se afirmar que a condição memorial está ativa, quando desperta memórias da época em que o patrimônio ainda era uma fábrica operante, também quando, quem desconhece esse passado consegue, de alguma maneira, conhecer ou identificar a antiga fábrica. Esse despertar de memórias ou novo conhecimento pode ser instigado por meios de comunicação que fazem parte da musealização.

A condição memorial pode atingir diferentes níveis dependendo de vários fatores que envolvem o patrimônio analisado, como o reconhecimento legal, o seu processo de patrimonialização, o reconhecimento social, a relação com o seu entorno, a preservação dos bens móveis e imateriais que o compõe, o seu novo uso (ou projeto), a integridade do bem imóvel e suas intervenções arquitetônicas. Esses fatores são transformações – simbólicas ou físicas – que o bem pode passar enquanto um patrimônio.

Para elucidar sobre a análise da condição memorial, apresentam-se três patrimônios industriais³ os quais serviram de objeto para a pesquisa que

3 Os patrimônios industriais analisados nesse texto, foram selecionados a partir de uma ampla pesquisa nos órgãos responsáveis pelas patrimonializações em nível federal e estadual, além dos municipais das cinco principais cidades industriais gaúchas. Essa pesquisa faz parte do doutorado da autora, intitulada *De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, entre os anos de 2017 e 2021, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

originou esse texto, sendo possível chegar a uma verificação do potencial de musealização de cada um.

Os patrimônios industriais pesquisados estão localizados no estado do Rio Grande do Sul, para que as realidades sociais se assemelhem, assim como as políticas administrativas, de tal forma possibilitando a análise dentre semelhantes. As cidades foram escolhidas por apresentar grande desenvolvimento industrial, principalmente na primeira metade do século XX. Acredita-se que esse dado pode influenciar diretamente nos patrimônios culturais desses municípios, uma vez que é relevante para a sua história.

São eles: a antiga Cervejaria Brahma, localizada na capital do estado, Porto Alegre, tombada em nível municipal; em Pelotas, o antigo Lanifício Laneira, que consta no Inventário do Patrimônio Cultural da cidade; e a MAESA, patrimônio da Caxias do Sul por ser uma metalúrgica de grande influência no município. Nota-se que os três patrimônios já estão, mesmo que em diferentes níveis, protegidos por algum tipo de patrimonialização. Esse também foi um pré-requisito na seleção dos patrimônios para análise, entende-se que os fatores de reconhecimento legal e o processo de patrimonialização são fundamentais para a análise da condição memorial. Também possuem em comum o fato de todos serem antigas fábricas de transformação⁴ e estarem todos localizados em áreas urbanas, como forma de analisar patrimônios semelhantes.

Nas patrimonializações dos bens fabris, o mais comum é que apenas os imóveis sejam incluídos, destacando sobre seus valores históricos e, às vezes, sobre os valores arquitetônicos. Em pouco número, citam-se os valores sociais e técnicos, assim como pouco aparece os bens móveis. Ao considerar essa afirmação, e por perceber que apenas os símbolos arquitetônicos não são suficientes para manter uma boa condição memorial de um patrimônio industrial, que se tem o objetivo, neste texto - a partir da análise feita com os exemplos citados - considerar a musealização e incentivar tal processo, como

4 A Carta de Sevilha, na definição de patrimônio industrial, classifica os tipos de indústria, que são de extração, transformação, transporte, distribuição e gestão. A indústria de transformação é aquela que possui um processo produtivo onde transforma uma matéria-prima em um bem.

um possível meio de preservação de forma integral dos valores e bens de patrimônios fabris.

Os exemplos patrimônios indústrias, seus valores e seus bens

Como colocado anteriormente, a condição memorial de cada bem depende de diferentes fatores, dessa forma, os bens fabris selecionados para esse texto, serão apresentados por meio de um breve histórico, de forma que todos os fatores sejam contemplados.

Assim, o início se dará pelo patrimônio industrial localizado em Porto Alegre, o qual tem seus imóveis conhecidos como a antiga Cervejaria Brahma, porém atualmente abriga o Shopping Center Total. Edificações construídas em 1911, em estilo eclético e com fachadas repletas de decoração para sediar a Cervejaria Bopp, fundada em 1881. Imóvel construído em concreto armado, uma inovação para época, formado por duas edificações, que eram ligadas por uma passarela aérea, uma era destinada para os depósitos e adegas, e a outra para produção e administração.

O local escolhido para essa construção foi onde se conformava, na época, a zona industrial, atualmente bairro Floresta. Sua inauguração atraiu moradores para o local, o que ocasionou na construção de moradias para os operários e demais funcionários, por consequência na oferta de serviços e implementação de infraestrutura.

Em 1924, surge a Cervejaria Continental, após a Bopp se fundir com as cervejarias Sassen e Ritter, tornam-se, assim, a maior cervejaria do estado. Neste ano, iniciam-se as ampliações no espaço fabril, mantendo o estilo original (PESAVENTO, 1985). Logo no início da década de 1930, dentro do seu espaço fabril, foi construída a maltaria, para não depender da cevada maltada⁵, que antes era importada. Imóvel formado por duas edificações em estilo moderno, uma para os depósitos e outra para a produção, com quatro e cinco andares, com coberturas planas e fachadas de planos retos com reentrâncias

5 Nesse contexto, a Cervejaria Continental investe na produção de cevada, com a distribuição de sementes, oferecendo acompanhamento técnico e comprometimento na compra da produção.

que marcavam as aberturas. Além dos silos, que foram construídos em anos diferentes, 1932, 1933 e 1936.

A maltaria foi um investimento de sucesso, além de produzir para o consumo da própria cervejaria, acabou se tornando um empreendimento próprio para fornecer malta para outras cervejarias em todo o Brasil. Fato que marca a industrialização de cerveja no país (AXT; FABRÍCIO, 2006).

Ao longo do tempo da fábrica operante, outros prédios foram sendo erguidos e reformas foram sendo feitas para modernização e ampliação do espaço. Em 1944, foi erguida uma chaminé, em substituição da primeira, como o dobro da sua altura, e nela foi colocada a inscrição Continental. No entanto, apenas dois anos após, a Continental foi vendida para a cervejaria Brahma do Rio de Janeiro, que funcionou no local até 1998. Além das edificações e dos setores citados, no ano de encerramento das atividades, a cervejaria também contava com espaço de comercialização, local para tratamento de água, oficina mecânica, refeitório, enfermaria, serviço social, recreação, residências para o mestre cervejeiro e para o mestre de máquinas, ocupando mais de 54 mil m² de terreno.

Após ao encerramento das atividades da cervejaria, o espaço fabril passou por uma avaliação da Equipe do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultura (EPAHC) da Secretaria Municipal de Cultura, tendo como resultado o tombamento das edificações em nível municipal, em 14 de maio de 1999.

No documento de notificação de tombamento⁶, emitido pela Secretaria Municipal de Cultura, constam os valores histórico, arquitetônico e paisagístico como os motivos que levaram ao tombamento de edificações selecionadas – aquelas em estilo eclético - e da chaminé, também por ser a maior fábrica do gênero na época da sua construção. Também constam os elementos agregados que fazem parte da patrimonialização, como as caldeiras, o tanque para fermentação, o piso cerâmico, azulejos, escadas de ferro fundido e gradis metálicos.

6 A autora teve acesso ao Processo de Tombamento da Cervejaria Brahma, no qual integra uma cópia da publicação do documento de notificação de tombamento, em visita a Equipe do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultura (EPAHC) da Secretaria Municipal de Cultura, em 2018, como parte da sua pesquisa de doutorado.

Em 2000, o espaço fabril foi vendido, logo a seguir começou uma intervenção arquitetônica para abrigar o atual uso, o shopping center. Conforme determina a Lei do Tombamento⁷ de Porto Alegre, os prédios tombados e a estrutura principal de edifício que abrigava funções como o refeitório e o engarrafamento foram preservados e os demais demolidos, inclusive a maltaria, espaço importante para a preservação da história e da memória do patrimônio industrial em questão. A inauguração do espaço comercial aconteceu em maio de 2003.

Em visita ao local⁸, apenas duas referências ao patrimônio industrial são percebidas - já que seu prédio principal, com arquitetura eclética de fachadas altamente decoradas, não remete a uma arquitetura industrial - a imponente chaminé e o letreiro⁹ mantido na fachada em um dos prédios preservados. Embora, na página oficial da internet do shopping center¹⁰ informe que o espaço “une a história dos fundadores das cervejarias ao contemporâneo espaço de convivência, conveniência e compras”. Já quanto aos bens agregados, os quais fazem parte da patrimonialização, não foi possível acessá-los, pois fazem parte de um espaço destinado a um restaurante que estava fechado na ocasião da visita.

Ao que se refere aos bens móveis, que faziam parte da antiga cervejaria, poucos foram localizados, mas estão em duas instituições de memória de Porto Alegre. Matérias de jornais e projetos arquitetônicos referentes às antigas construções fazem parte do acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho¹¹, e uma coleção arqueológica do acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo¹² proveniente de escavação realizada na cervejaria na época da intervenção arquitetônica.

7 Art. 18 da Lei Complementar nº 275, de 06 de abril de 1992. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências

8 A visita ao shopping center foi realizada pela autora em 2018 como parte da sua pesquisa de doutorado.

9 O letreiro tem a seguinte frase: Companhia Cervejaria Brahma.

10 Disponível em: <https://shoppingtotal.com.br/shopping-total-2/>.

11 A autora visitou o local como parte da sua pesquisa de doutorado em 2018.

12 Informações disponibilizadas via e-mail em 2021.

Já sobre os bens imateriais, que tratam, principalmente, dos valores sociais e técnicos, nada foi localizado. Ao que se refere ao entorno, a relação do patrimônio com a sua comunidade, mesmo sabendo que antigos funcionários e operários moravam ao seu redor, não foi encontrada nenhuma informação sobre uma possível aproximação, mesmo que na página oficial da internet do shopping center seja dito que “é um empreendimento marcado pela diversidade – reúne grupos de amigos e a vizinhança (...)”. Quanto a outras edificações ou infraestruturas que compunham a paisagem, como possível residências de operários, nenhum registro de quais sejam esses imóveis e se estão preservados foi encontrado¹³.

Já em Pelotas, o antigo Lanifício Laneira Brasileira S.A foi inaugurado em 1949, no bairro Fragata, em uma edificação com plantas livres, pé direito duplo, iluminação zenital¹⁴, aberturas patronizadas e fachadas simplificadas revestidas de tijolos aparentes. Logo nos primeiros anos funcionando, a fábrica já atraía moradores para o bairro e já era conhecida na cidade.

Em pouco mais de 10 anos de funcionamento, os jornais da época, noticiavam que a Laneira contribuía não só com a sua cidade, mas também com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, por fornecer a lã beneficiada, sua matéria-prima, para vários estados do Brasil, além de exportar para os Estados Unidos e países da Europa.

Como era comum nas fábricas em geral, a Laneira também reformou e ampliou o seu espaço fabril e, conseqüentemente, sua produção, tendo na década de 1970 chegado a sua última conformação espacial, ocupando uma área de em torno de 24 mil m². Em 1976, o Lanifício do Rio Grande do Sul Thomas Albornoz S.A, localizado em Santana do Livramento / RS, compra ações da Laneira, tornando-se a empresa majoritária. Essa sociedade torna o lanifício pelotense a maior exportadora de tops de lã¹⁵ no país.

Nos anos de 1980, a Laneira continuou a crescer e acrescenta em sua produção a fiação; na década seguinte, anos de 1990, o tingimento dos fios.

13 Informações obtidas a partir da pesquisa bibliográfica realizado no doutorado da autora.

14 A Iluminação zenital é aquela que se dá por luz natural através de aberturas na cobertura da construção.

15 O top de lã é um pré-fio, matéria-prima da fiação.

Conforme Coelho (2021, p. 133), “sua produção era constante, chegando a funcionar 24 horas por dia, inicialmente, com jornadas de trabalhos de oito horas em três turnos e, na década de 1990, as jornadas tornaram-se seis horas em quatro turnos”. Tais afirmações demonstram que havia uma movimentação de operários no bairro em função das atividades da Laneira, não apenas as fabris, mas também nas atividades de sociabilidade que a fábrica proporcionava, como por exemplo o Laneira F.C., time de futebol¹⁶ dos funcionários da fábrica, considerado um dos melhores da cidade.

Dentro do espaço fabril da Laneira, também havia locais de sociabilidade, como o pátio e o refeitório que eram utilizados, além dos intervalos, nas festas de fim de ano que a administração organizava. Além disso, havia espaços de atendimento aos operários como o consultório médico, e um espaço de comércio, onde as lãs podiam ser adquiridas na própria loja da fábrica por qualquer tipo de comprador.

No fim da década de 1990, o lanifício entra em um período de dificuldade, chegando a atrasar o salário do operariado. Até que em abril de 2003, foi decretada a falência da Laneira pelo Lanifício Albornoz e suas atividades cessadas. Diante disso, todas as máquinas e móveis com valor comercial foram retirados da edificação para serem vendidos para o pagamento de dívidas. Permaneceram no local apenas duas prensas, por não possuírem valor comercial, e alguns documentos sem valor e importância para os proprietários. Uma das prensas que ainda resiste no local foi um dos primeiros maquinários montados no lanifício ainda em 1949.

Em 2010, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) adquire o espaço fabril, após sete anos fechado, com a intenção de implementar um espaço cultural e de ensino para novos cursos e para complementar o Campus da Saúde. Logo após a compra, uma parte do espaço fabril foi utilizado para abrigar algumas exposições temporárias de cursos da própria universidade. Outra parte, utilizada pela produção, foi ocupada com o Depósito de Bens Fora

16 Durante as décadas entre 1930 e 1960, a prática esportiva era importante entre os operários, acarretando em um grande número de equipes oriundas de fábricas, e até rivalidades acirradas (COELHO, 2021, p. 133)

de Uso (Inservíveis)¹⁷, única atividade que atualmente ainda está no espaço fabril. No espaço, anteriormente destinado para a área administrativa da fábrica, foi destinada ao Campus da Saúde, o qual passou por uma intervenção em 2015 e ocupa, desde 2017, o Centro Regional de Cuidados Paliativos, vinculado ao Hospital Escola.

Parte do terreno e do espaço do refeitório - que ficava junto à parte administrativa - também foram destinados para a área da saúde, que logo passou por uma intervenção, demolindo o refeitório para a construção de nova edificação, que ainda não foi concluída. O objetivo é que todas as áreas da saúde sejam integradas futuramente.

Um projeto de reciclagem e de requalificação dos galpões industriais, intitulado Laneira Casa dos Museus, foi desenvolvido no ano de 2013 em um projeto de ensino da própria UFPel, chamado Reciclagem e Requalificação de Espaço Industrial para a implementação de Museus Inclusivos. O projeto previa que a antiga fábrica abrigasse espaços de ensino, de eventos e de cultura, como o Memorial da Laneira; sendo norteado pela preservação da edificação e a qualificação da paisagem, uma vez que conforme o III Plano Diretor de Pelotas¹⁸, a fábrica está situada em uma Área Especial de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), nomeado Parque Linear Bairro Fragata. Além de estar inserida em um ambiente cultural, a Laneira também faz parte, desde 2013, do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas¹⁹.

Os locais de produção estão se deteriorando, com risco de desabamento, em função da ação do tempo e da falta de uso. Como o projeto Laneira Casa dos Museus nunca foi iniciado, alguns pontos já se encontram sem cobertura e muitas outras patologias, inclusive a parte de onde está localizada a antiga prensa, maquinário importante para a memória fabril. Até

17 É um setor da universidade que se assemelha a um depósito que recebe todos os bens ociosos, antieconômicos ou irre recuperáveis da instituição.

18 Art. 70º da Lei Municipal nº 5.502, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.

19 A Laneira foi incluída no Inventário por meio do Decreto nº 5685/2013, que a enquadrrou como Nível de Proteção II, que, conforme o III Plano Diretor, deve ser preservada integralmente, suas fachadas e volumetria, por serem de importância para a memória da cidade.

mesmo o espaço subutilizado pelos Inservíveis da universidade apresenta muitos problemas que comprometem o imóvel, como infiltrações, rachaduras e outros.

Se o imóvel corre um grande risco de ruir, levando junto os únicos dois exemplares de maquinários existentes, já alguns bens móveis estão preservados em diferentes locais de guarda. Fotografias e documentos diversos da antiga fábrica estão sob a guarda da Fototeca Memória da UFPel²⁰, no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel²¹. No seu acervo, encontram-se documentos relativos à administração e aos funcionários; e o Museu da UFPel²² tem a posse de objetos diversos, os quais faziam parte da produção do lanifício. Todos esses bens ou foram resgatados da edificação na ocasião da compra do imóvel pela universidade ou doados pela administradora da então massa falida, por não ter valor comercial.

Todos esses bens, por estarem sob a guarda da UFPel, facilitaram para que as pesquisas acadêmicas fossem feitas sobre o patrimônio industrial da Laneira. Algumas delas também utilizaram a metodologia da história oral²³, assim entrevistas com antigos operários do lanifício foram realizadas, embora esse material ainda esteja disperso. Inclusive, há relatos sobre as técnicas utilizadas, sobre como eram e como utilizavam o maquinário, sobre a sociabilidade em função da Laneira, sobre a relação da fábrica com o bairro e seu operariado. Importantes documentos, que devem ser preservados e agrupados, pois referem-se aos valores sociais, paisagísticos e técnicos, além das memórias fazerem parte dos bens imateriais do patrimônio industrial.

20 A Fototeca Memória da UFPel é um laboratório de ensino vinculado ao Departamento de Museologia, Conservação e Resta da UFPel, que tem por objetivo recolher e sistematizar as coleções fotográficas históricas dos diferentes setores da UFPel, utilizando os princípios da documentação museológica e da conservação de acervos.

21 O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH – UFPel) têm as funções de um Centro de Documentação e Pesquisa em História, com a intensão de servir de local de preservação da história institucional da Universidade, de Núcleo de Pesquisa, Extensão e centro de resguardo da história do trabalho e dos partidos políticos de nossa região.

22 O Museu da UFPel foi criado através da Portaria nº 1.327 de 06 de setembro de 2011, e tem como objetivo de contribuir com a divulgação e formação de conhecimento técnico, científico e cultural, e com a preservação da memória da Universidade abrigando e formando coleções capazes de apoiar e promover pesquisa sobre as unidades formadoras e a trajetória da UFPel.

23 As pesquisas que podem ser encontradas as análises sobre essas entrevistas citadas são: COELHO, 2014; COELHO, 2017; BORBA 2016; BORBA, 2018 e MELO, 2012.

Embora a Laneira não tenha construído uma vila operária, pelas entrevistas foi possível perceber que muitos operários residiram no entorno da fábrica, e muitos deles como seus descendentes ainda estão nas mesmas residências. A memória e o senso de coletividade dessas pessoas em torno de um patrimônio vêm sendo enfraquecido conforme o prédio, bem mais visível e acessível a essa comunidade, está desaparecendo.

Por fim, a Metalúrgica Abramo Eberle S.A. (MAESA) foi uma fábrica cuja história está ligada com a da sua cidade, Caxias do Sul. A fábrica iniciou suas atividades ainda no século XIX como uma funilaria familiar, mas a partir 1896, quando Abramo Eberle assume o empreendimento da família, começou a se desenvolver, passando a firmar parcerias, diversificando seus produtos e expandindo-se fisicamente.

Na década de 1920, o crescimento da fábrica foi vertiginoso, ampliando ainda mais suas mercadorias. No início, fabricava materiais para a produção de vinho, já nos anos 1920 produzia ferragens, ourivesaria, forjadaria e artigos sacros. Além disso, instalou agências no Rio de Janeiro e em São Paulo para facilitar as vendas no mercado nacional e, até mesmo, internacional. Em 1929, o seu nome passou a ser Grande Fábrica Metalúrgica Abramo Eberle & Cia (BERGAMASCHI, 2005).

A década seguinte ficou marcada na história da fábrica pelo seu envolvimento com os esportes, pois foi organizado o Departamento Esportivo da fábrica, e criado o Grêmio Atlético Eberle que oferecia diversas modalidades esportivas, como o basquete, tênis e atletismo. Além dos esportes, o Grêmio também proporcionou atividades de ensino e cultura como a Escola de Alfabetização.

No entanto, foi nos anos de 1940 a maior expansão da metalúrgica, além da construção de um edifício de cinco andares no centro da cidade, no local onde tinha um imóvel de madeira. Ainda, no lugar em que a metalúrgica vinha funcionando desde sua fundação, em 1948, foi inaugurada a chamada fábrica dois, conhecida por todos como MAESA. A filial construída em concreto armado com fachadas revestidas em tijolos aparentes, aberturas patronizadas

em um local praticamente desocupado, contava com pavilhões de plantas livres, jardim e ruas internas de acesso.

A expansão do espaço fabril também fez parte da antiga metalúrgica, sempre mantendo a sua volumetria original. A edificação funcionou como MAESA até 1994, quando outra empresa, a Mundial S/A, adquiriu a fábrica e alugou para o Grupo Voges, que funcionou até 2019, mas ocupou o local até abril de 2022, também como metalúrgica. Porém, a propriedade do imóvel passou a ser do Estado do Rio Grande do Sul em 2016 em virtude de um acordo de dívidas, mas em 2014 doou para o município.

A doação foi condicionada à antiga fábrica ser ocupada por setores públicos e atividades culturais; assim, desde 2017, um pequeno espaço do complexo fabril é ocupado pela Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria da Cultura e pelo posto de monitoramento 24 horas da Guarda Municipal. Desde então, a prefeitura vem desenvolvendo ações para a ocupação efetiva da MAESA. Em 2016, formou-se a Comissão Especial para Análise de Uso do Prédio da Metalúrgica Abramo Eberle S/A – MAESA, que desenvolveu um programa de necessidades, no qual está previsto o Museu do Trabalho, com o objetivo de preservar a memória da MAESA, entre outros espaços culturais e públicos exigidos por lei. Em 2020, foi lançada a licitação²⁴ para a elaboração do Plano Geral da MAESA, que consiste em um diagnóstico de todo o espaço fabril e a indicações de potencial, diretrizes e vocações de todo o imóvel, sendo o diagnóstico entregue em agosto de 2021 e as demais informações em março de 2022. Neste ano, 2022, nova licitação foi lançada, agora para que seja feito o plano de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), documento que apresenta estudo de viabilidade para a ocupação da antiga metalúrgica através de PPPs (parcerias públicas privadas).

Nesses anos de mudanças de propriedade, em virtude da indefinição do que poderia acontecer com o imóvel, a União das Associações de Bairros, em 2011, sugeriu o tombamento da MAESA. A Secretaria da Cultura e o

24 Todas as licitações são de acesso público e pode ser acessada pelo site da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (<https://caxias.rs.gov.br/servicos/recursos-humanos/central-de-licitacoes>)

Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul analisaram a proposta durante quatro anos e, em 2015, o espaço fabril foi tombado em nível municipal. Embora no texto de patrimonialização da MAESA no Livro Tombo²⁵ não tenha nenhuma referência à fábrica por se tratar de um patrimônio industrial, há trechos que apontam para valores e bens que são presentes nessa tipologia patrimonial, como o patrimônio imaterial, a ligação com o desenvolvimento do bairro e da cidade e a arquitetura fabril.

Não muito diferente, a antiga metalúrgica contribui para o desenvolvimento da sua localidade, tornando um bairro típico operário. Com esse crescimento, a localidade atraiu diferentes serviços e instituições educacionais, como o Colégio Henrique Emílio Meyer e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Importante praça para a paisagem também foi concebida nas proximidades, a Praça Monteiro Lobato. Porém, uma importante edificação da história da metalúrgica não foi ainda identificada, e nem é lembrada nas patrimonializações, o edifício da central elétrica da fábrica. Ele é responsável por a MAESA não possuir a chaminé, importante símbolo dos espaços fabris – que eram abastecidos pela queima do carvão -, e demonstra a modernidade em que a metalúrgica foi edificada (DIAS, 2019). Vale lembrar que as moradias dos operários ainda devem estar preservadas e muitas ainda ocupadas por esses e seus descendentes, também não fazem parte dos textos de patrimonialização e pesquisas.

Como dito no início, o imóvel do qual está se tratando não foi o primeiro dessa metalúrgica, vários prédios pela cidade de Caxias do Sul abrigaram outros setores da metalúrgica, inclusive, depois da fábrica dois, em 1966, outro imóvel foi construído, agora no parque industrial da cidade. Todos esses imóveis possuem potencial para formar uma coleção de imóveis da antiga Metalúrgica Abramo Eberle. Pode-se citar a fábrica 1, construída no local da ainda funilaria, localizada na zona central do município, também tombada pelo município. O imóvel funcionou como fábrica até os anos 1990, atualmente é um

25 A autora teve acesso ao Livro Tombo de Caxias do Sul em visita realizada em 2018 a Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria da Cultura, como parte da sua pesquisa de doutorado.

centro comercial, que conta com uma exposição de painéis chamado Caminhos Históricos Pátio Eberle, o qual conta a história da trajetória do prédio. A exposição é fruto de um acordo entre o proprietário e o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) devido ao imóvel ser tombado.

A edificação que funcionou como fundição e o setor de gravação em ouro e prata, a Eberle, Kochenborges & Cia Ltda, é um imóvel o qual se encontra localizado no centro da cidade próximo à fábrica 1, e faz parte da listagem de bens dos Setores de Interesse Patrimonial e Histórico do Plano Diretor de Caxias do Sul. Outro imóvel, igualmente tombado em nível municipal, embora não tenha servido como espaço fabril, mas faria parte dessa coleção perfeitamente, é a antiga Residência do Abramo Eberle, fundador da metalúrgica, o qual é reconhecido na cidade pelo seu empreendedorismo.

Em virtude de a metalúrgica estar em diferentes bairros e ter contribuído para o desenvolvimento da cidade, ela tem o reconhecimento dos seus empreendedores pelos caxienses, além de ser reconhecida como um patrimônio, tanto que foi um pedido da comunidade a patrimonialização da MAESA. Tal fato também acarreta na produção acadêmica e nas pesquisas em geral, gerando muito material sobre a antiga metalúrgica e, conseqüentemente, muitas entrevistas com antigos operários. Importante citar o documentário A Honra do Trabalho, de 2013, resultado de uma avaliação do curso de pós-graduação em Gestão de Bens Culturais da Faculdade Inovação (FAI).

O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami²⁶ de Caxias do Sul possui um acervo de entrevistas, o Banco de Memória, no qual é possível encontrar diversas sobre a antiga fábrica MAESA. Também conta com uma coleção chamada Metalúrgica Abramo Eberle, que conta com fotografias e documentos administrativos, além de documentos da coleção do Arquivo Permanente da Administração Pública, a qual tem projetos arquitetônicos dos imóveis patrimonializados da metalúrgica.

26 A autora visitou o local como parte da sua pesquisa de doutorado em 2018.

Sob guarda do Museu Municipal de Caxias do Sul²⁷, há diversos bens que pertenceram à metalúrgica, como mobiliários e documentos. Já no seu espaço expositivo, uma sala é destinada a narrar a história da antiga fábrica, representando a história da industrialização de Caxias do Sul. Sobre os bens móveis, sabe-se que a família também preserva vários objetos (BERGAMASCHI, 2005), e segundo notícia veiculada em jornal local, parte do maquinário da MAESA foi tombado em outubro de 2020.

Fica nítido que os patrimônios industriais aqui apresentados, em diferentes níveis, passam por dissociação dos seus bens, embora os imóveis sejam patrimonializados e a maioria dos bens móveis e imateriais estejam sob a guarda de instituições de memória. Assim, uma das formas de contribuir para a preservação e valorização integrada desses patrimônios, como dito anteriormente, é a musealização. Porém esses patrimônios possuem potencial para tal processo? Para responder essa pergunta, a seguir, será analisada a condição memorial de cada um.

A condição memorial e o potencial de musealização dos patrimônios industriais

Nos exemplos aqui apresentados, fica claro que apenas a patrimonialização não garante a sua integral preservação. Casos mais graves como o da Brahma, o qual, mesmo que suas fachadas e alguns bens integrados tenham sido mantidos por força de lei, na sua intervenção arquitetônica, muito do seu interior foi descaracterizado e prédios de valor histórico foram demolidos. No caso da Laneira, apenas o imóvel é inventariado, a sua degradação é evidente e constante, com grande chance de desaparecer da paisagem. Já na MAESA, tem-se uma dissociação evidente, dos bem móveis, imóveis e imateriais.

27 A autora visitou o local como parte da sua pesquisa de doutorado em 2018.

Diante desse cenário, recomenda-se a musealização, por entender que esse processo pode colaborar efetivamente para a preservação do patrimônio industrial, desde reunir, mesmo que de forma simbólica, novamente todos os bens, manter ativamente a pesquisa desse conjunto e promover constante comunicação - ações fundamentais desse processo. Essa recomendação consta Nos Princípios de Dublin (2011), como colocado a baixo:

Programas, equipamentos e outros recursos – como visitas a sítios ativos de patrimônio industrial e a apresentação de suas operações, relatos e patrimônio intangível associados a sua história, maquinaria e processos industriais, museus industriais ou de cidades e centros de interpretação, exposições, publicações, websites, itinerários regionais ou transfronteiriços – devem ser desenvolvidos e mantidos como meios de promover a conscientização e a valorização do patrimônio industrial em toda sua riqueza de significados para as sociedades contemporâneas. O ideal é que estejam localizados nos próprios sítios patrimoniais onde se deu o processo de industrialização e nos quais podem ser melhor difundidos. (Os Princípios de Dublin, 2011, on-line)

Conforme as considerações sobre os patrimônios industriais e os fatores da condição memorial, todos apresentados anteriormente, analisa-se o potencial de musealização de cada um.

A antiga Cervejaria Brahma, dos exemplos aqui colocados, é a única que já passou por uma intervenção arquitetônica e tem um novo uso, o shopping center, porém, pouco mantiveram da memória da antiga fábrica, pode-se citar apenas o letreiro na fachada, a chaminé e alguns bens agregados, os quais não são de acesso público e pouco identificam o espaço enquanto fábrica.

Outros bens referentes à antiga cervejaria, poucos foram localizados, os quais também não colaboram, de fato, para a memória da fábrica, uma vez que estão intensamente ligados à edificação, que não tem estilo fabril, que são as plantas arquitetônicas e reportagens no Arquivo e a coleção arqueológica no Museu. No que se refere aos bens imateriais, pode-se afirmar que nada foi encontrado, o que demonstra que o reconhecimento social e técnico é inexistente.

Embora a sua patrimonialização tenha se dado por meio do tombamento municipal, um tipo de institucionalização que pode garantir muito

da preservação do bem, no caso da Brahma apenas o valor arquitetônico, devido às suas fachadas decoradas em estilo eclético, foi o que realmente levou-se em conta, mesmo o texto apresentando o valor histórico e valor paisagístico, a descrição do bem deixa claro, uma vez que em nenhum momento o patrimônio industrial foi citado.

A maneira como se deu a patrimonialização acarretou que, na intervenção arquitetônica, o espaço fabril foi muito descaracterizado, como a demolição da maltaria, bem importante para a história da industrialização, o qual, no texto de institucionalização, é classificado como “anexo que prejudica a leitura do conjunto” (EPHAC). Sem deixar de mencionar a descaracterização interna, a qual não deixa nenhum vestígio da fábrica.

Mesmo a antiga cervejaria hoje abrigando um shopping center, nada impede que ações de valorização e preservação do patrimônio industrial fossem executadas. Essas atuações poderiam ser em parcerias com associações de bairro ou de amigos, promovendo, dessa forma, uma aproximação com a comunidade do entorno. Entretanto, o espaço comercial não demonstra nenhuma vontade de preservação ou de valorização do patrimônio que ocupa. Sabe-se que no projeto de ocupação do shopping estava previsto um memorial da fábrica (NETO, SCHERER, PRUNES, 2003), que nunca foi implementado.

Diante do exposto, é possível afirmar que a antiga Cervejaria Brahma apresenta uma baixa condição memorial, devido a uma dissociação dos seus bens, uma vez que muito pouco foi localizado: um imóvel descaracterizado, e valores social e técnico nulo.

Na cidade de Pelotas, a antiga Laneira Brasileira S.A tem a sua patrimonialização apenas pela inclusão na listagem do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, o que determina que apenas a sua volumetria (fachadas e coberturas) seja preservada, para manter o contexto urbano, nenhum valor é considerado nesse reconhecimento legal. Nesse contexto, percebe-se que tal procedimento não garante a sua preservação, pois o imóvel se encontra em avançado estágio de degradação. Não o bastante, não há nenhuma perspectiva que o projeto de novo uso seja iniciado, o que é importante não só

para a preservação do prédio, mas como de outros bens, já que estão previstos no Memorial da Laneira.

Ainda que deteriorada, a edificação é vista como um marco na sua localidade, tanto que foi inventariada para manter a paisagem de onde se encontra, mas não só pela sua arquitetura fabril, que chama a atenção, mas também porque a fábrica contribuiu para o desenvolvimento do bairro, o que levou a construção de muitas residências de operários. Essas casas não são reconhecidas, assim como nenhum outro imóvel que esteja ligado ao lanifício, mas muitos desses operários, suas famílias e/ou seus descendentes ainda residem no mesmo local, e mantêm uma rede social constituída ainda na época da fábrica operante (COELHO, 2021).

Esses operários detêm, em suas memórias, informações sobre o dia-a-dia, o trabalho e o maquinário, importantes para o valor social e técnico, tanto que serviram como fonte de trabalhos acadêmicos, como citados anteriormente. No entanto, como não há uma valorização do patrimônio fabril, a tendência é o enfraquecimento da memória. Além desse importante bem, esses agentes também guardam objetos e documentos que fazem parte da história fabril.

Outros objetos estão dispersos em três instituições de memória, o que demonstra uma dissociação dos bens do patrimônio industrial, porém diferentemente da Cervejaria Brahma estão sendo preservados.

Em vista das colocações acima, pode-se afirmar que o antigo lanifício possui uma média condição memorial, entretanto ainda há potencial de musealização, devido, principalmente, ao reconhecimento social latente, visto que os operários demonstram ligação com a Laneira, embora ainda não a valorizam como um patrimônio industrial.

A Metalúrgica Abramo Eberle, especificamente o seu prédio conhecido popularmente como MAESA, tem um forte reconhecimento social, percebido pelo seu envolvimento no pedido de tombamento do prédio, reconhecendo, na edificação, valores culturais que devem ser preservados, e no relato presente no próprio texto de tombamento, como também pelas inúmeras entrevistas e pesquisas feitas muitas com o envolvimento dos operários. Sabe-se, pela

imprensa local, que atividades são desenvolvidas no sentido de valorização da antiga fábrica, promovidas por diferentes agentes (COELHO, 2021).

Pelo seu processo de tombamento ter sido por meio da inscrição no livro tomo, e por ter referência a valores sociais, técnicos, paisagísticos e históricos, referenciando bens, principalmente os imateriais, que vão além da edificação, como colocado anteriormente, mesmo não tipificando como um patrimônio industrial, esse fator pode ser considerado ideal. Tal fato pode ser exemplificado pela posterior patrimonialização de maquinários que ainda estavam mantidos no interior da fábrica.

Outros bens móveis, mesmo dispersos, ainda são conservados em instituições de memórias, como no Museu e no Arquivo, demonstrando a valorização dessa memória fabril. Assim, como o seu entorno, o qual também é valorizado, sendo citado no texto de patrimonialização, inclusive com a citação de edificações que contam a história da localidade, além de tipificar como um bairro fabril devido à presença das moradias do operariado, é preciso atentar que, mesmo citada nesse importante texto, não há movimento do setor público para a valorização e preservação desses bens.

Nesse sentido, deve-se salientar que, sem a valorização das moradias dos operários, com um futuro uso que não considere o seu entorno de forma efetiva e sua comunidade, pode ocorrer um impacto negativo, ocorrendo uma elitização do espaço e conseqüentemente uma gentrificação da comunidade original da localidade.

Embora o espaço fabril ainda não tenha, de fato, passado por uma intervenção arquitetônica, todos os projetos e documentos elaborados para que essa ação se concretize estão voltados para a preservação do prédio desde sua volumetria como elementos importantes no espaço interno, assim como demonstram preocupação em manter a relação com entorno e preservar a paisagem. No Plano Geral da MAESA²⁸, elaborado pela empresa licitada, é colocado que o novo uso da antiga metalúrgica deve estar em “harmonia com os usos consolidados no entorno pode fomentar e valorizar o pré-existente,

28 Documento disponível no site da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (<https://caxias.rs.gov.br/servicos/planejamento/maesa>)

promovendo a permeabilidade do conjunto e a reintegração à cidade”, e continua que “Deve-se procurar o equilíbrio entre atividades turísticas e cotidianas, evitando-se a desterritorialização cultural” (CAXIAS DO SUL; VAZQUEZ, 2022, pg. 179).

Diante de todas as colocações, pode-se afirmar que a MAESA possui um forte potencial de musealização devido à sua forte condição memorial, e - como há a intensão da criação do Museu do Trabalho-, tal instituição pode ser a realizadora do processo de musealização do patrimônio fabril da MAESA.

Após análise dos bens industriais aqui apresentados, têm-se três níveis de condição memorial, devido à forma que cada um dos fatores se apresenta diante do bem, conforme tabela síntese a baixo:

Tabela 1- Síntese da condição memorial dos patrimônios industriais analisados
Fonte: Elaborada pela Autora, 2022

	Brahma	Laneira	MAESA
Reconhecimento social	↓	-	↑
Reconhecimento legal	↑	-	↑
Processo de patrimonialização	-	↓	↑
Relação com o entorno	↓	-	↑
Novo uso	-	↑	↑
Preservação dos bens móveis e imateriais	↓	↑	↑
Integridade do bem imóvel e intervenção arquitetônica	-	↓	↑
Condição Memorial	Baixa	Média	Forte
Legenda: ↓ = inexistência, - = existência fraca ou baixa, ↑ = existência forte ou alta			

Dessa forma, não é recomendada a musealização em apenas um patrimônio industrial, a Cervejaria Brahma, assim como nas demais, Laneira e MAESA, é recomendada a musealização, embora deva-se atentar que a condição memorial é mutante, pois os fatores aqui analisados podem mudar ao longo tempo, principalmente o reconhecimento social, uma vez que, se não houver a manutenção dessa memória, através da valorização de novos agentes, por exemplo, haverá um enfraquecimento, podendo chegar, inclusive, a desaparecer. Assim como a integridade do bem imóvel, por sua forte descaracterização – como no caso da Brahma - ou a sua ruína, acabam enfraquecendo a condição memorial. Assim, já que este é um bem

representativo de todo o patrimônio industrial; deve, portanto ser alvo da patrimonialização.

Considerações finais

A partir do estudo da condição memorial dos patrimônios industriais, pôde-se perceber o quanto o tipo de patrimonialização e como esse processo é conduzido pode interferir no futuro dos patrimônios e nas ações que se seguem, como as intervenções arquitetônicas. O exemplo da Brahma, que embora tenha sido tombada, sua patrimonialização pode abranger todo um bem e requerer a sua preservação integral, visto que o texto que determina os seus valores e bens é falho, permitindo descaracterizações no espaço fabril e na dissociação dos demais bens. A Laneira, por sua vez, tem uma patrimonialização a partir de um processo insuficiente que é o inventário, no qual nem mesmo seus valores são determinados assim como outros bens além da edificação.

No entanto, é o reconhecimento social o fator que pode induzir e interferir em todos os outros, no exemplo da MAESA, viu-se que o reconhecimento legal foi incentivado por uma vontade popular, logo muito dos bens móveis e imateriais ainda são possíveis de serem localizados e acessados, pois os antigos operários, e a comunidade no geral, ainda possuem uma vontade de memória.

Todavia, deve-se atentar para os novos usos da Laneira e da MAESA, os quais ainda não foram implementados, assim como a sua intervenção arquitetônica, principalmente na Laneira, pois sua patrimonialização só prevê a preservação da volumetria – fachadas e coberturas-, como é visto no exemplo da Brahma, uma vez que são esses os fatores que determinam outro aspecto, a relação com o entorno. O novo uso e a intervenção arquitetônica devem considerar o entorno e a sua comunidade desde o projeto arquitetônico, pensando a paisagem e o espaço fabril se conformam na localidade.

Assim, incorporar os agentes do patrimônio industrial nos momentos de planejamento e decisão, como na intervenção arquitetônica ou na

implementação do espaço de memória, deve ser uma ação preservacionista. São nessas trocas que muito dos valores técnicos e sociais serão lembrados, logo podem servir de informação para essas ações, além de contribuir para que esses agentes, após o novo uso, mantenham-se no entorno.

Ademais, o novo uso deve pensar para além de melhorias de infraestrutura e de serviços que podem ocorrer em sua decorrência, mas também na conservação dos agentes em suas moradias e na sua preservação, pois também é valorização do patrimônio industrial e da manutenção da memória do trabalho, visto que a relação do espaço fabril e da comunidade local é fator essencial para a condição memorial.

Portanto, sabendo que a condição memorial pode mudar conforme os fatores se transformem, algumas ações podem ser tomadas no sentido de melhorá-la. No caso da Brahma, sugere-se algumas ações que envolvam a comunidade do entorno, pois, conseguindo algum reconhecimento social, possivelmente a relação com o entorno melhora, podendo, dessa forma, ser recuperados bens móveis e imateriais, contribuindo para elevar a condição memorial.

No caso da Laneira e da MAESA, como elas ainda não têm seus novos usos definidos, visto que estão apenas em projetos, sugere-se que seja elaborado um inventário participativo – podem participar proprietários e demais agentes do patrimônio industrial – para contabilizar e localizar todos os bens que fazem parte do patrimônio industrial, uma vez que, por ser uma forma de registro, também se torna uma forma de preservação e de resolver a dissociação. Obviamente que cada bem permanecerá com sua guarda atual, apenas cada proprietário ou instituição agora terá conhecimento dos outros espaços e dos outros bens. Ressalta-se que, nesse processo, as memórias, detentoras do saber fazer, das celebrações, dos saberes dentre outras devem fazer parte do inventário como bens imateriais.

Após a análise feita nos patrimônios industriais, percebe-se que apenas os imóveis fabris não são suficientes para manter todos os valores dessa tipologia patrimonial (social, material, técnico e imaterial) e a sua condição memorial. Também fica claro que, mesmo sendo possível analisar

cada fator da condição memorial separadamente, eles estão interligados e interdependentes, alguns simbólicos, como o reconhecimento legal, pois são essas percepções que fazem determinar o potencial de musealização de cada um.

Assim, sendo a musealização um conjunto de ações que visam à preservação, como as patrimonializações, como também a pesquisa e a comunicação, sugere-se esse processo para os patrimônios industriais, acredita-se que, dessa forma, os bens fabris serão reconhecidos e valorizados a partir de todos os seus valores, para além do arquitetônico e histórico. Ademais, confirma-se a hipótese de que o potencial de musealização pode ser determinado pela condição memorial, uma vez essa sendo alta, possui condições para que esse processo seja implementado e tenha resultados satisfatórios, despertando memórias e gerando e comunicando novos conhecimentos.

Espera-se, diante disso, que as análises aqui apresentadas contribuam para que outros patrimônios industriais tenham o seu reconhecimento legal na integralidade de seus valores e bens, a fim de que aqueles já patrimonializados sejam determinantes para a musealização, logo esse processo reconheça e valorize esses patrimônios na sua complexidade, para que, independentemente do processo de institucionalização, todos mantenham a sua condição memorial ativa e alta.

Referências bibliográficas

Arquivo da Equipe do patrimônio Histórico e Cultural (EPHAC). Secretaria Municipal de Cultura – **Relatório e processo de Tombamento da Cervejaria Brahma**.

AXT, Gunter; FABRÍCIO, Lídia. **Relatório Final – Shopping Total**. Porto Alegre, 2006.

BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Abramo e seus filhos: cartas familiares 1920-1945**. Caxias do Sul: EDUCS, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.

BORBA; Mirella Moraes de. **Memórias de trabalhadoras da Fábrica Laneira Brasileira S.A.: os lugares silenciosos dos afetos e das dores**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

BORBA; Mirella Moraes de. **Um olhar sobre patrimônio industrial: Elementos para o Memorial da extinta Laneira Brasileira S.A.**. Monografia (Graduação) Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2016.

BRULON, Bruno. Passagens da museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, v. 11, nº 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657>. Acesso em 19 mai. 2022.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 290**, de 24 de setembro de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/planejamento/plano-diretor/lei-complementar-290-2007>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Livro Tombo**. Secretaria Municipal de Cultura de Caxias do Sul. Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural – DIPPAHC. 1985 – 2018.

CAXIAS DO SUL, Prefeitura de. **Município esclarece a comunidade sobre o processo de ocupação da MAESA**. Caxias do Sul, 25 de abril de 2022. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2022/04/municipio-esclarece-a-comunidade-sobre-o-processo-de-ocupacao-da-maesa>. Acesso em: 26 mai. 2022

CAXIAS DO SUL; VAZQUEZ Arquitetos. **Plano Geral da MAESA** (2022). Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2022/03/15fe6405-6950-4a4e-9bc7-0403267d068a.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022

COELHO, Jossana Peil. **De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2021. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8093>. Acesso em: 19 mai. 2022

COELHO, Jossana Peil. **Identificação de suportes de memória no prédio da extinta fábrica Laneira Brasileira S.A.** Monografia (Graduação) Curso de Bacharelado em Museologia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2014.

COELHO, Jossana Peil. **Os significados do lugar: memórias sobre a extinta fábrica Laneira Brasileira S.A. (Pelotas / RS)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

DIAS, Ariane Pedrotti de Ávila. A participação popular no processo de tombamento da MAESA. **Urbania. Revista latinoamericana de arqueología e historia de las ciudades**, v. 8, p. 91-122, 2019. Disponível em: <https://www.aacademica.org/urbania/73>. Acesso em: 27 mai. 2022.

ICOMOS; TICCIH. **Os Princípios de Dublin**. Documento adotado pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em 27 mai. 2022.

MELO, Chanaísa. **Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

NETO, Miron; SCHERER, Rose Fonseca; PRUNES, Tatiana. **Encarte Publicitário do Shopping Total**. Porto Alegre, 30 de maio de 2003.

PELOTAS. **Lei nº 5.502**, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/lei_5502.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 275**, de 06 de abril de 1992. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022358.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 25 mai. 2022.

Shopping Total. Disponível em: <http://www.shoppingtotal.com.br>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SOBRINO SIMAL, Julián; SANZ CARLOS, Marina (ed.). **Carta de Sevilla de patrimonio industrial 2018: los retos del siglo XXI = Seville charter of industrial heritage 2018: the challenges of the 21st century**. Sevilla: Centro

de Estudios Andaluces. Consejería de la Presidencia, Administración Pública e Interior. 2018.

TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.